



MINISTÉRIO DO TURISMO
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS E PREGOEIROS

Esplanada dos Ministérios, Bloco, 2º/3º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Processo nº 72031.004154/2020-76

Pregão Eletrônico nº 10/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Secretariado-Executivo, Secretariado-Executivo Bilíngue e Técnico(a) em Secretariado a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 1) e Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Assistente Administrativo, Recepcionista, Almoxtarife e Contínuo, a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 2), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Trata-se de reposta aos pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2020.

Considerando os esclarecimentos que tratam das condições editalícias dispostas no Termo de Referência, a Pregoeira submeteu o assunto à área técnica demandante para análise e manifestação da área técnica responsável pela realização dos estudos e definição da forma de contratação.

Conforme previsto no § 2º do art. 23 do Decreto nº 10.024, de 2019, as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

São apresentados os seguintes questionamentos seguidos das respectivas respostas:

1. Existe atualmente empresas executando os serviços da contratação? Se sim, qual(is) ?

Resposta: Atualmente este Ministério tem celebrado com a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 06.350.074/0001-34, a prestação de “serviço de secretariado para atender as necessidades das unidades do Ministério do Turismo, de forma continuada, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos”. Para os serviços agrupados no lote 02 do presente edital, esta Pasta Ministerial firmou com a empresa VISÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.708.458/0001-62 a “prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de recepcionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos”. Para os demais cargos não mencionados acima não há contratação vigente.

2. Deverá ser cotado plano de saúde na proposta? O licitante que deixar de cotar será desclassificado?

Resposta: A Administração, durante o curso de planejamento da licitação, tomou conhecimento do PARECER N° 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU que, em suma, conclui pela ilegalidade acerca da estipulação em Convenção Coletiva de Trabalho do custeio de Plano de Saúde com oneração exclusiva da Administração Pública tomadora do serviço, e beneficiando apenas à categoria de empregados terceirizados desta. O referido Parecer foi objeto de reanálise pela Câmara Permanente Licitações e Contratos Administrativos da Advocacia-Geral da União que exarou o Parecer n. 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, ratificando o entendimento anterior, conforme pode ser constatado nos trechos abaixo transcritos:

[...]

"Na espécie, além de se tratar de um custo reputado ilegal, não sendo o benefício do plano de saúde obrigatório e indispensável à contratação dos empregados, nos termos da própria CCT, não se mostra possível à Administração, conseqüentemente, contemplá-lo na composição dos custos mínimos obrigatórios da planilha estimativa da licitação. Também não é dado aos licitantes, pelos mesmos fundamentos, cotá-los em suas planilhas e propostas de preços, nem à Administração aceitar tais propostas."

Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

Caso contrário e baseada nos pareceres acima apresentados, a autoridade deste Órgão condicionará a adjudicação do objeto licitado à retirada do aludido item.

Extensivo por analogia aos demais benefícios semelhantes. Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

3. Deverá ser cotado auxílio odontológico na proposta? O licitante que deixar de cotar será desclassificado?

Resposta: A aplicação do disposto referente ao plano de saúde é extensivo aos demais benefícios semelhantes.

4. Deverá ser cotado auxílio funeral na proposta? O licitante que deixar de cotar será desclassificado?

Resposta: A aplicação do disposto referente ao plano de saúde é extensivo aos demais benefícios semelhantes.

Marina Bittencourt de Oliveira Angarten

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten, Pregoeiro(a)**, em 08/07/2020, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0558637** e o código CRC **A291AA81**.